

## O LUGAR DA BIBLIOTECA MISTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS PARA ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

**Rejane Rataeski Moraes da Silva**  
Universidade Federal de Santa Maria, Santa  
Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
rejanerataeskimoraes@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0009-6591-4536>

**Ascísio dos Reis Pereira**  
Universidade Federal de Santa Maria, Santa  
Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
ascisio.pereira@ufsm.br  
<https://orcid.org/0009-0009-6591-4536>

**Mariglei Severo Maraschin**  
Universidade Federal de Santa Maria, Santa  
Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
mariglei@ctism.ufsm.br  
<https://orcid.org/0009-0009-6591-4536>

### RESUMO

O presente artigo é uma revisão bibliográfica, tem caráter exploratório e investiga qual o lugar da biblioteca mista nas políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica. Entendendo-a em uma instituição de ensino profissional e tecnológico e que também busca suplementar a formação do trabalhador do século XXI assegurando a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Para tanto foi realizado levantamento bibliográfico nos termos 'biblioteca mista', 'educação profissional e tecnológica', 'políticas públicas' e 'políticas educacionais'. Também foram analisadas as Leis n. 5773/2006, Lei n. 12.244 de 24 de maio de 2010 e Lei n. 14.837, de 08 de abril de 2024. Justifica-se tal estudo pois urge que os profissionais bibliotecários busquem um consenso conceitual para essa biblioteca, que por suas características é aquela que se faz presente nas instituições de educação profissional e tecnológica – EPT. Conclui-se que a biblioteca mista, por não ter sua tipologia reconhecida pelo público, gestores públicos e legisladores, não está prevista nas leis citadas, o que a exclui de projetos de financiamento ou dotação orçamentária.

**Palavras-chave:** Biblioteca mista. Políticas públicas e educacionais. Educação profissional e tecnológica.

### THE PLACE OF THE MIXED LIBRARY IN PUBLIC AND EDUCATIONAL POLICIES FOR PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

### ABSTRACT

This article is a bibliographic review, has exploratory character and investigates the place of the mixed library in public policies for Professional and Technological Education. Understanding it in an Institution of professional and technological education that also seeks to supplement the training of the 21st century worker ensuring inclusive and equitable and quality education, and promoting lifelong learning opportunities for all. Forthia purpose, a bibliographic survey was carried out in the terms Mixed Library, Professional and Technological Education, Public Policies and Educational Policies. Laws no. 5773/2006, Law no. 12.244 of May 24, 2010 and Law no. 14.837, of April 8, 2024 were also analyzed. Such a study is justified because it is urgent that library professionals seek a conceptual consensus for this library, which, due to its characteristics, is the one that is presente in Professional and Technological Education Institutions – EPT. It was concluded that the mixed Library, as its typology is not recognized by the public, public managers and legislators, is not provided for in the aforementioned laws, which excludes it from financing or budgetary allocation projects.

**Keywords:** Mixed library. Public and educational policies. Professional and technological education

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem caráter exploratório e se vale da revisão bibliográfica acerca da biblioteca mista e sua relação com as políticas públicas para a educação profissional e tecnológica, doravante chamada EPT. Entendendo-a em uma instituição de ensino profissionalizante e tecnológico e que também busca suplementar a formação do trabalhador do século XXI, assegurando a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Considerando o dilema existencial da biblioteca diante da ausência de políticas públicas específicas que garantam sua sobrevivência, bem como sua ação frente aos constantes ataques neoliberais que têm assolado o ambiente acadêmico, a questão guia da pesquisa é: qual o lugar da biblioteca mista nas políticas públicas para a Educação profissional e Tecnológica?

Uma biblioteca de Instituição de Ensino Superior (IES) é órgão complementar nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e para tanto não basta conhecimento e aplicação das técnicas biblioteconômicas. Necessário se faz que esta biblioteca esteja inserida no contexto desta IES, deve ser eco do seu discurso, sem abrir mão de sua voz. A conjuntura organizacional a coloca em um patamar muito específico dentro das classificações de tipos de bibliotecas, pois atende diversos públicos, de diferentes níveis do conhecimento e todo o planejamento técnico é impactado pelo fato de atender do ensino médio integrado até o doutorado.

Acrescido a esta realidade, temos as políticas públicas para EPT, que balizam o fazer pedagógico e a ação da biblioteca junto aos seus usuários. Para tanto é necessário que a biblioteca compreenda o alcance das políticas públicas que dão suporte à existência das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, entendendo que o papel dessa área do conhecimento é a educação para o mundo do trabalho, buscando condições para participar de forma ativa no dia-a-dia da comunidade acadêmica a despeito da ausência de políticas específicas que garantam suas ações.

O objetivo deste estudo é cruzar as informações sobre educação profissional e tecnológica, políticas educacionais, com as leis que embasam tais políticas, identificando a existência ou não de políticas públicas específicas para as bibliotecas que atendem a EPT, apontando fragilidades que ameaçam a evolução e a inovação em bibliotecas mistas.

Este estudo justifica-se pela urgência em incluir a Biblioteca Mista nas políticas públicas e educacionais, tal como a Biblioteca Escolar já se encontra. O reconhecimento conceitual de sua existência por parte da categoria política que elabora as leis poderá ser um passo importante para garantir-lhe lugar na legislação, e, por conseguinte, nas políticas públicas e educacionais

## 2 METODOLOGIA

Este artigo tem caráter exploratório e se utilizou de revisão bibliográfica da literatura para levantamento e análise qualitativa dos dados. Partindo do que já é conhecido a pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa interpretativa amplia o entendimento que um pesquisador possui sobre determinada área do conhecimento, podendo levá-lo à construção de novas descobertas, dependendo da sua análise, comparação e interpretação dos textos recuperados. Uma vez que a investigação confronta os textos, as argumentações de outros pesquisadores, havendo a possibilidade de descobertas nas entrelinhas do que já foi escrito e da combinação das informações que poderão gerar novos conhecimentos, porque:

Pesquisa bibliográfica é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas e resumos. Hoje, predomina o entendimento de que os artigos científicos constituem o foco primeiro dos pesquisadores, porque é neles que se pode encontrar conhecimento científico atualizado, de ponta. (Marconi e Lakatos, 2019, p. 33) (Marconi e Lakatos, 2019, p. 33).

Inicialmente foram estabelecidos os critérios para a busca e as bases de dados a serem usadas. O espaço-tempo da pesquisa foi estabelecido entre os anos de 2006 a 2025. A busca privilegiou artigos publicados em língua portuguesa e periódicos brasileiros. Foi escolhida a palavra-chave 'biblioteca mista', para uma primeira busca no BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação. Foi escolhida esta base de dados específica por ser referência nesta área do conhecimento.

Para a segunda rodada de busca estes termos foram combinados com as palavras-chave 'educação profissional e tecnológica', 'políticas públicas', 'políticas educacionais', usando os booleanos AND, OR, NOT. Buscando um olhar mais abrangente no estado da

**3**

arte desta área do conhecimento, possibilitando visualizar “os dados qualitativos de forma sistêmica, com uma compreensão e interpretação detalhada do fenômeno analisado (Lörsch, Rambo e Ferreira, 2023, p. 3).

A etapa de análise qualitativa dos textos selecionados envolveu interpretação, avaliação e síntese críticas, comparando as informações selecionadas com as leis que regem a EPT e as bibliotecas. Tais informações foram organizadas em conjuntos temáticos para leitura, buscando distanciamento ou aproximações conceituais nos conteúdos selecionados.

Também fez parte da estratégia deste trabalho a leitura interpretativa e crítica das Leis: 11.892/2008, 9.394/1996, 14.837/2024 e seus desdobramentos ou correlações, para posterior análise e comparação entre lei e aplicabilidade prática exposta nos artigos.

### 3 REVISANDO CONCEITOS

#### 3.1 A educação profissional e tecnológica

Iniciando pela conceituação do tipo de ensino de preparação para o mundo do trabalho, que se desenvolve na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dornelles, Castaman e Vieira (2021) apontam que EPT caracteriza-se como uma modalidade educacional que abrange cursos de formação continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio, de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Lançando mão da visão trazida pela Pedagogia Histórico-crítica, que de todas as pedagogias emergentes é aquela que mais se adequa ao estudo da educação do trabalhador, observamos que para Saviani (2013) a educação para o trabalho é um processo histórico crítico, ou seja, é uma construção histórica coletiva, onde professores, pesquisadores, estudantes, conjuntura econômica e social determinam a compreensão e evolução do ensino para o mundo do trabalho.

Mas por que o mundo do trabalho e não do mercado de trabalho? Porque o aluno deve ser preparado para o exercício de sua cidadania de forma plena, tal como preconiza Marx, na expressão “formação omnilateral” (Marx citado por Manacorda, 2011, p. 6), ou seja, levando em conta a completeza, inteireza do ato de preparar para o futuro,

vislumbrando o enriquecimento da essência humana de forma que “o ser humano rico e emancipado tem o outro como necessidade de seu existir, é educado para usufruir a arte, apreciar a beleza, agir de modo estimulante e encorajador sobre os outros” (Marx, 2010, p. 161). Assim como defende Della Fonte (2018, p. 7) “a proposta marxista é talvez a alternativa mais avançada e sistematizada em nossa luta contra um projeto que se limita a preparar a qualificar o trabalhador a partir dos interesses patronais”. A Pedagogia Histórico-crítica – PHC proposta por Saviani, preocupa-se com os interesses da classe trabalhadora e propõe uma educação emancipadora.

Já o Ministério da Educação (MEC define que:

A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar para o exercício de profissões, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica e de pós graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. (MEC, 2018).

Logo, sob o ponto de vista dos teóricos que alicerçam as propostas e pesquisas pedagógicas do mundo do trabalho – Saviani (2003,2013, 2015, 2017); Marx (2010, 2012); Gramsci (2022) – EPT é a modalidade que garante instrumentos para que o estudante reconheça seu próprio valor histórico e tenha condições de transformar a sua realidade e a sociedade num ambiente mais justo, levando em conta que a essência humana é o mundo do trabalho.

Através da EPT, acredita-se que, os estudantes construam os conhecimentos e desenvolvam a capacidade de analisar, questionar e compreender o contexto em que estão inseridos conforme escreve Dornelles, Castaman e Vieira (2021), pois é imperioso que desenvolvam a consciência de si mesmo, investigando a realidade que o cerca de maneira que possa interferir criativa e positivamente na sua realidade.

### 3.2 As políticas públicas educacionais para EPT

Mourad, Maraschin, Pereira e Pompeu (2023) entendem a essência conceitual de política pública como problema público, ou seja, aquilo que impacta o povo como um todo. É problema de todos e depende da iniciativa do poder público na sua gestão. Os aspectos

5

concernentes a direitos humanos compõem o conjunto de problemas a serem geridos pelo Estado, como por exemplo saúde, segurança e educação. Mas as propostas de gestão desses problemas dependem da ideologia do grupo ou partido que compõe o governo. Cada partido tem sua plataforma de governo e trará para sua gestão aquilo que entende como prioridade na gestão dos problemas sociais. Especificamente na educação, a política de esquerda, centro-esquerda, centro-direita, direita e extrema-direita tem propostas bem diversas.

Manfredi (2013) ao analisar as políticas de governo defende que enquanto o governo FHC – (1995-2002) - buscou desconstruir a presença do Estado na Educação Profissional e Tecnológica, no governo Lula - (2003-2011) - houve uma busca para realinhar as políticas públicas em EPT e ratificar o papel do Estado na construção de marcos regulatórios que alavancaram essa área do conhecimento, uma vez que é a tecnologia que qualifica o país na competição internacional.

Quando falamos em políticas públicas estamos nos referindo às leis, que por sua vez demandam verbas para o setor, ou seja, “a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico” (Höfling, 2001, p. 31). Nenhum projeto sobrevive sem dinheiro e o Estado precisa assumir o seu lugar quando se trata de fortalecer uma área da educação que oportuniza a qualificação para o mundo do trabalho. Entregar essa área para o setor privado atrela essa atividade a “um projeto que se limita a preparar e qualificar o trabalhador a partir dos interesses patronais” (Della Fonte, 2018, p. 7).

Nestes termos, Oliveira e Lima (2022) apontam que as políticas públicas são criadas para atender demandas sociais a partir da ótica dos governantes, independente da realidade social e econômica. A intenção do Estado capitalista personificada nas políticas sociais em educação é regular as “relações sociais a serviço das relações capitalistas” (Höfling, 2001, p. 33). Investindo no intuito de incluir as classes trabalhadoras no mercado de trabalho, atuando assim como mecanismo de manutenção da dinâmica social capitalista.

O que leva a compreensão de que tais políticas educacionais em EPT são articuladas no sentido de atender a competitividade econômica, em detrimento da construção da cidadania dos educandos. Mesmo quando o governo tem uma visão progressista e as políticas sociais buscam diminuir a desigualdade social, ainda assim as políticas em EPT

denotam essa tendência em atender a necessidade do mercado e não do mundo do trabalho.

### 3.3 A biblioteca mista

No ano de 2003 o Ministério da Educação – MEC e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE trabalhavam em conjunto com vários setores da sociedade civil no projeto de criação de uma rede federal de instituições de ensino profissional e tecnológico, que atendesse as necessidades de mão de obra especializada para um mercado ondeurgia modernização para competir internacionalmente, bem como ser campo fértil para investimento de empresas estrangeiras (MEC, 2010).

Este grupo de trabalho trazia a proposta da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, que integraria os Colégios Técnicos existentes nas cinco regiões brasileiras. Claramente inspirados na obra de Gramsci e Saviani, defenderam uma Rede de Ensino Profissional que tivesse uma educação omnilateral.

As bibliotecas escolares dos Colégio Técnicos, nessa nova instituição, também receberiam os cursos de graduação. Seria uma biblioteca generalista, que atendesse as necessidades do educando de forma global e não apenas na área tecnológica específica dos cursos que são ofertados pela instituição a qual a biblioteca está subordinada. Uma biblioteca que, além de ser órgão suplementar do ensino desenvolvido em sala de aula, também fosse um ponto de disseminação de informações diversas, que espelhassem a realidade do entorno do estudante, da comunidade e do país.

Concomitante a esse fato, em 2006, Matos e Pinheiro denominaram Biblioteca Mista, apontando uma tendência que também estava ocorrendo nas instituições privadas:

A biblioteca mista é uma união da biblioteca escolar e da universitária, tendo como público os alunos de educação infantil, ensinos fundamental, médio e superior, docentes e funcionários da instituição. Seu objetivo principal é dar suporte ao que é proposto no projeto político pedagógico da instituição, abrigando acervo, produtos e serviços em um mesmo local, originariamente o da biblioteca escolar ali existente (Matos e Pinheiro, 2006, p. 180).

Importante pontuar que o surgimento dos primeiros pilares da biblioteca mista, coincide com a implementação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que ao

estabelecer diretrizes e bases para educação nacional, também foi motivadora de iniciativas privadas de expansão em suas redes de ensino, que ampliaram a oferta de ensino fundamental e médio, para o ensino superior e pós-graduação. Zamban et al. (2017) esclarecem que a consequência natural desse fato foi a necessidade de adequação das instituições escolares, dentre elas a biblioteca. Por outro lado, no ensino público profissionalizante a prioridade era aperfeiçoar a Rede Federal, para que atendesse as demandas sociais de qualificação para o mundo do trabalho.

É neste contexto que a Biblioteca Mista foi gestada, sem um planejamento, pois era a educação que estava sendo construída. A biblioteca apenas acompanhou o movimento da educação, ainda sem um estudo que pudesse prever as consequências dessa ampliação conceitual. As instituições de ensino privadas e da educação profissional foram ampliando a gama de públicos e faixas etárias atendidas, seguindo uma trilha expansionista, alicerçados pela Lei e por políticas públicas. Enquanto a biblioteca, sem uma Lei ou política pública específica que previsse os impactos administrativos, orçamentários e de recursos humanos, foi se adaptando, dependendo muito mais de iniciativas pontuais dos gestores, do que de uma lei que garantisse sua manutenção.

A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica – RFEPC, composta por Institutos Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas vinculadas a universidades e Colégio Pedro II, significou uma mudança estrutural que “[...] interferiu também nas estruturas das bibliotecas, na composição de acervos e na prestação de serviços” (Santos, Gracioso e Amaral, 2018, p. 30) reunindo características de “bibliotecas escolares, universitárias, especializadas, comunitárias e públicas em uma única biblioteca” (Idem, 2018, p. 30).

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS: QUAL O LUGAR DA BIBLIOTECA MISTA NAS POLÍTICAS PARA EPT?**

Na realização de nosso estudo, importante pontuar que a busca com a palavra-chave ‘Biblioteca mista’ recuperou 29 artigos, porém apenas 4 com o termo exato contido nas palavras-chave dos artigos. Já este termo combinado com ‘Educação Profissional e

tecnológica' não retornou resultados, bem como com o termo de busca 'Políticas públicas', 'Políticas educacionais' e 'Política pública e educacional'. Buscou-se, então um termo mais abrangente: 'Biblioteca AND Educação profissional e tecnológica e recuperou 8 artigos contendo as palavras-chave 'Biblioteca multinível' e 'Biblioteca educativa pública'. Reforçando que as buscas se detiveram entre os anos de 2006 a 2025. A observação empírica dos termos 'biblioteca multinível', 'biblioteca educativa pública' e 'biblioteca mista' aponta para a sua sinonímia, embora não se tenha encontrado uma discussão acadêmica robusta sobre o assunto.

Retornando à busca, testou-se o descritor 'Biblioteca educativa pública' resultando em 6 artigos, todos eles referindo-se às bibliotecas dos Institutos Federais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Já o termo 'Biblioteca multinível' recuperou 23 resultados, apenas 2 ocorrendo com a expressão Educação profissional e tecnológica. Mas é importante frisar que este termo é usado para bibliotecas de órgãos públicos, privados e também da Rede Federal (RFEPCT), como também ocorre com o termo 'Biblioteca Mista'.

Para esta pesquisa selecionou-se 11 artigos, considerando as peculiaridades que distinguem as bibliotecas representadas pelos referidos termos, ou seja, a união entre biblioteca escolar e universitária, a diversidade de faixa etária atendida e a sua ocorrência no ambiente de Educação Profissional e Tecnológica, escolhendo a nomenclatura 'biblioteca mista' pela sua antiguidade, tanto que foi utilizado como marco inicial para as buscas o ano de 2006, quando o termo foi usado pela primeira vez.

Quando aplicados os booleanos para Biblioteca mista AND legislação, não houve resultados, tampouco para a combinação Biblioteca mista AND políticas educacionais e 'Biblioteca mista' AND 'Políticas públicas'.

A etapa de leitura interpretativa para responder à questão que se apresenta na formação de um novo conceito em bibliotecas, foi acompanhado pela ação de estudar e comparar esse novo 'ente' da ciência da informação, investigando sua presença nas leis que regem a EPT e as bibliotecas.

Os quadros 1 a 6, referente ao período de 2006 a 2025, apresentados na sequência evidenciam os resultados obtidos a partir das combinações de descritores e estratégias de busca utilizadas na pesquisa.

Quadro 1 - Estratégia de Busca: Biblioteca

Periódico/Evento		Artigo	Ano
1	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	ZAMBAN, Debora ...et al. Relato da experiência: a biblioteca universitária transformada em biblioteca mista.	2017
2	Informação@Profissões	NASCIMENTO, Maria Gezilda e Silva; ALMEIDA, José Robson Maia de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Entre silêncios e rupturas: ação cultural na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - campus Timon	2019
3	Senac.DOC	SOUZA, Gabriel Justino de ... et al. Bibliotecas mistas como um espaço para a implementação do objetivo 4 da Agenda 2030	2022
4	Asklepion: Informação em Saúde	SOUZA, Gabriel Justino de ...et al. Bibliotecas mistas como um espaço para a implementação do objetivo 4 da Agenda 2030	2025

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

Quadro 2 - Estratégia de Busca: Biblioteca Mista AND Política Pública e Educacional

Periódico/Evento		Artigo	Ano
Resultado = zero			

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

Quadro 3 - Estratégia de Busca: Biblioteca Mista AND Instituto Federal

Periódico/Evento		Artigo	Ano
1	Informação@Profissões	NASCIMENTO, Maria Gezilda e Silva; ALMEIDA, José Robson Maia de; BERNARDINO, Maria Cleide	2019

		Rodrigues. Entre silêncios e rupturas: ação cultural na biblioteca do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Maranhão - campus Timon	
--	--	--	--

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

#### Quadro 4 - Estratégia de Busca: Biblioteca AND Educação Profissional e Tecnológica

Periódico/Evento		Artigo	Ano
1	Rev. Folha de Rosto	SOUZA, Carlos Henrique da Silva; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gestão do conhecimento no contexto das bibliotecas técnico-acadêmicas	2016
2	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	SANTOS, Letícia Rodrigues; LIMA Emmanuela Ferreira de. Estado da arte: competência em informação na educação profissional e tecnológica.	2019
3	Biblionline	VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos. Educação e bibliotecas multiníveis: um olhar sobre os documentos norteadores das bibliotecas da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica em Rondônia	2019
4	Rev. Folha de Rosto	SILVA, Carlos Robson Souza da; FERNANDES, Cinthia Thamiris. Mediação bibliotecária no contexto da educação profissional e tecnológica	2021
5	Ciência da Informação em Revista	SANTOS, Letícia Rodrigues dos ... et al. O papel das bibliotecas durante a pandemia da Covid-19: em busca da emancipação humana.	2021
6	Perspectivas em Ciência da Informação	SANTOS, Letícia Rodrigues; SANTOS, Edméia Oliveira dos. Competência em informação no combate a desinformação na Educação Profissional e Tecnológica:	2024

		estado da arte.	
7	Revista P2P e Inovação	NASCIMENTO, Fabiana; LIMA, Geysa Flávia Câmara de. Gestão de bibliotecas na educação profissional e tecnológica: recursos informacionais no Instituto Federal da Paraíba.	2024
8	Biblionline	CUNHA, Tatielle Marques; BEZERRA, Dagmar Dnalva da Silva	2025

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

#### Quadro 5 - Estratégia de Busca: Biblioteca AND Ensino Profissional – 2006-2025

Periódico/Evento		Artigo	Ano
1	Senac.DOC	ALBUQUERQUE, Maria Auxiliadora de. Os desafios de aliar demandas do ensino técnico e do ensino superior na Biblioteca do Secac Pernambuco.	2015

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

#### Quadro 6 - Estratégia de Busca: Biblioteca Multinível AND Ensino Profissional

Periódico/Evento		Artigo	Ano
1	Biblionline	VEIGA, Miriã Santana; PIMENTA, Jussara Santos. Educação e bibliotecas multiníveis	2019
2	AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento	ALMEIDA Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A biblioteca multinível no IFPB Campus Sousa: conceito, descrição e finalidade	2015
3	Revista Folha de Rosto	ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Competências em informação na biblioteca multinível: uma atividade de rotina ou atividade baseada em projetos	2017

4	ENANCIB	ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A biblioteca como organização aprendente na perspectiva das competências em informação	2018
5	Revista Ibero-Americana em Ciência da Informação	TEIXEIRA, Ana Paula Souza; LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Educação em informação: uma possibilidade de consolidação para as bibliotecas multiníveis	2024

Fonte: Elaborada pelos autores, 2026.

Os resultados apresentados evidenciam a limitada produção científica e a ausência de consolidação conceitual acerca da biblioteca mista no contexto das políticas públicas educacionais.

#### 4.1 O não lugar da Biblioteca Mista

No universo das leis que dão suporte às políticas educacionais em EPT, e, por conseguinte, sua existência no orçamento público, destaca-se a Lei da Biblioteca, Lei n. 12.244, de maio de 2010 e Lei n. 14.837, de abril de 2024, que preconiza em seu artigo primeiro: “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do país contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei” (Brasil, 2024). Uma redação abrangente que traz o entendimento de que se refere a todas as instituições de ensino, em todos os níveis, fundamental, médio, técnico/tecnológico e superior. Porém já no segundo artigo a lei restringe a tipologia da biblioteca para ‘escolar’: “Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo” (Idem, 2024).

Conforme exposto em 3.3, na conceituação, Biblioteca Mista se caracteriza pela diversidade de públicos atendidos, assuntos, bem como níveis de ensino, impactando na gestão e atendimento a esses diferentes usuários.

O principal entrave é a ausência, na Lei, da menção à classificação da biblioteca que atende os níveis escolar e graduação. Realidade das instituições de EPT. A lei é para bibliotecas escolares e as bibliotecas de EPT são mistas, atendem o público de ensino

médio integrado até a pós-graduação. O que a coloca num limbo legal, que a exclui da garantia de verbas específicas para a área, bem como a obrigatoriedade de sua presença em instituições de ensino escolar e universitário.

A 'Lei da Biblioteca' tem origem no Projeto de Lei n. 5656/19 da deputada Laura Carneiro, do PSD/RJ, uma advogada de formação. Não há relatos da presença de bibliotecários em sua equipe ou de consulta à bibliotecários para a redação do projeto de lei. Fato este que explica a limitação na classificação do tipo de biblioteca, a escolar, excluindo a mista, (talvez por desconhecimento), da redação da lei.

Em uma lei é fundamental que sua redação explicita a presença ou ausência de uma ou outra instituição que será regida, impactada ou gerida pela lei. O que não está na lei, não existe na prática, mesmo que se queira interpretar a letra da lei, perde-se tempo com as versões que obedecerão a cosmovisão daquele que interpreta. Observando a legislação que criou a RFEPCT – Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 - o Artigo 2º:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Se interpretado sob o ponto de vista de um bibliotecário, será possível afirmar que este artigo caracteriza o tipo de biblioteca desta Instituição, bem como o Artigo 7º, alínea I que estabelece o público a ser atendido:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; (Brasil, 2008).

Mas para um gestor público se não há menção, não há obrigação da destinação de verba para a existência ou manutenção de um órgão que não consta nomeado na lei. Mesmo que a leitura das outras alíneas nos conduza a inferir a necessidade ou existência de uma biblioteca mista.

Já a Lei n. 14.837 de 08 de abril de 2024, que altera a redação dos artigos 2º e 3º da Lei n. 12.244 de 24 de maio de 2010, ao restringir a tipologia da biblioteca de que trata

a Lei, a escolar, exclui a biblioteca mista de possíveis linhas orçamentárias que garantam expansão e investimento, ficando esta ação para a iniciativa dos diretores dos Institutos Federais, Universidade Tecnológica do Paraná, Colégios e CEFETs.

A política neoliberal se faz presente na redação da Lei n. 14.837. Ao revogar o antigo artigo 2º, da Lei 12.244 de 2010. Onde havia a obrigatoriedade de “um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado” (Brasil, 2010), foi substituído pela alínea III do artigo 2º da nova redação: “definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e materiais com base no número de alunos efetivamente matriculados [...] e nas especificidades da realidade local’ (Brasil, 2024), ou seja, a ideologia da austeridade busca leis que não garantam grandes investimentos, que mantenham a instituição na penúria com o subterfúgio da realidade local, que poderá justificar investimento algum por necessidades outras de destino de verba.

Saviani (2003) e Manfredi (2013) apontam para a formação omnilateral do aluno, ora, analisando a existência da biblioteca mista sob o ponto de vista pedagógico, Silva (2022) argumenta que isso exigiria que esta instituição espelhasse essa configuração em todos os seus processos técnicos e ações educativas e culturais, alinhados à uma visão que abranja todos os aspectos e dimensões do processo de construção do conhecimento. Porém sem uma legislação que a ampare, é impossível que a Biblioteca Mista prospere, enquanto instituição de referência, passando a ser apenas um ente silencioso, perdido dentro da Instituição a qual está subordinada.

Pontuando que o Decreto n. 5773, de 09 de maio de 2006, Art. 16, alínea VII, quesito “a”, que garantia a presença da biblioteca na Instituição de Ensino Superior – IES:

VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando: a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos (Brasil, 2006).

Foi revogado pelo Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com a seguinte redação para o quesito ‘biblioteca’:

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará: a) com relação à biblioteca: 1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; (Brasil, 2017).

porém não respalda uma biblioteca que também é escolar, cuja característica mais marcante é que “os usuários da informação se configuram pelos professores, alunos, pais e responsáveis, funcionários, ou seja, todas as pessoas que têm vínculo com a instituição” (Oliveira, Costa e Bentes, 2022, p. 2). Fato que se repete na Biblioteca Mista.

A obrigatoriedade de uma biblioteca para os cursos de graduação, atende com dotação orçamentária apenas a bibliografia básica e complementar de tais cursos, deixando sua parte escolar às doações do MEC/INEP, mas excluindo sua presença da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), prevista na Lei n. 14.837, de 08 de abril de 2024. O que reforça a necessidade de estudo sobre o tema.

É importante registrar que há publicações de bibliotecários pesquisadores, tais como Santos, Gracioso e Amaral (2018), Brandão e Freire (2021), Freire e Perucchi (2023), que reivindicam o reconhecimento da nomenclatura Biblioteca Educativa Pública, como tipo de biblioteca, mas a pesquisa foi aplicada apenas aos Institutos Federais, deixando de fora as instituições privadas, os Colégios Técnicos ligados à Universidades e CEFETs, mesmo sabendo que suas bibliotecas possuem as mesmas características: atendem do ensino médio integrado à pós-graduação, são escolares e universitárias e dão atendimento à comunidade local.

Para que tenhamos um consenso sobre a classificação dessa Biblioteca, ou qual o termo que a distinguirá, precisamos de discussão com os pares não apenas da RFEPC, mas também aqueles que atendem nas redes privadas e outros órgãos públicos onde há a ocorrência deste tipo de biblioteca.

Somente quando a classe bibliotecária definir o termo a ser usado e que contemple toda a gama de bibliotecas que vivenciam a realidade de biblioteca escolar e universitária, teremos condições de lutar por leis, políticas públicas e educacionais, que incluam essa modalidade de biblioteca. Garantindo investimentos públicos e privados, tais como projetos

e programas de fomento, com garantia legal e dotação orçamentária.

Diante deste panorama, é importante “compreender como as bibliotecas mistas estão lidando com as mudanças trazidas” (Largen, 2020, p. 297) para a EPT e a necessidade de adaptação às “instituições nas quais estão inseridas” (Idem, 2020, p. 297). E como a ausência de uma política pública clara para tais bibliotecas impacta sua existência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EPT é uma área complexa dentro da educação e por muitos anos foi tratada apenas como treinamento de mão de obra, porém a evolução da pesquisa e aplicação de experiências neste campo do conhecimento demonstraram que o mundo do trabalho requer não apenas treinamento mecânico de ferramentas fabris, mas construção de pensamento crítico capaz de tomadas de decisão e interferência positiva junto à sociedade.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica inaugurou um novo tempo na Educação Profissional, se afastando da capacitação de mão de obra a ser absorvida pela indústria. Visando a qualificação em nível superior, oferecidos concomitantemente com cursos de nível médio, EJA e formação continuada.

Essas ações, representadas na Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, juntamente com o impacto tardio da Lei n. 9.394/1996 no sistema educacional privado brasileiro, desencadearam processos radicais de mudanças nas instituições que dão suporte ao ensino, dentre elas a biblioteca.

Este estudo buscou responder qual o lugar da Biblioteca Mista nas políticas públicas para EPT através de uma revisão bibliográfica interpretativa, cuja intenção não era a análise quantitativa de publicações, mas o estudo aprofundado e crítico do conteúdo dos artigos, de maneira a ilustrar a reflexão sobre a Biblioteca Mista, que serve diversos níveis de escolaridade, diversos públicos, cuja presença massiva está na EPT. Suas características enquanto unidade de informação e sua presença nos currículos acadêmicos, na redação das leis e, conseqüentemente, na dotação orçamentária.

A ausência de artigos com a combinação de assuntos ‘Biblioteca mista’ And ‘Políticas’, ‘Legislação’ e ‘Políticas educacionais’ é um dado eloquente sobre a urgência em se debater acadêmica, profissional e politicamente sobre essa Biblioteca que ora

apresenta vários nomes, com a mesma característica e talvez por isso não haja seu reconhecimento. Tanto acadêmico, quanto legal.

Hoje a Biblioteca Mista ocupa um não lugar nas legislações e políticas públicas em educação, o que coloca essa instituição a mercê da boa vontade dos gestores das IES. O que deveria ser motivador para acelerar o processo de discussão acadêmica, profissional e legal sobre o tema. Para que se possa viabilizar um trabalho bibliotecário onde a biblioteca realmente faça parte da rotina pedagógica, uma vez que constando na lei e na dotação orçamentária, terá recursos para desenvolver um ambiente atualizado, com tecnologia embarcada, à altura das necessidades informacionais, técnicas e tecnológicas dos usuários.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Jobson Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Construção identitária das bibliotecas dos Institutos Federais no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (21.: 2021: Rio de Janeiro). **Anais do ENANCIB**. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/192658> Acesso em: 15 de maio 2026.

BRASIL. **Decreto n. 5773, de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm) Acesso em: 15 de maio 2026.

BRASIL. **Decreto n. 9235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm#art107](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm#art107) Acesso em 15 de maio 2026.

BRASIL. **Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm) Acesso em: 15 de maio 2026.

BRASIL. **Lei n. 14.837, de 08 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2024/lei/l14837.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/l14837.htm) Acesso em: 15 de maio 2026.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://ojs2.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1221> Acessado em: 23 maio 2022.

Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/720173832/FORMACAO-NO-E-PARA-O-TRABALHO> Acesso em 15 maio 2026.

DORNELLES, Fernanda Reolon Baldiaty; CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas na formação docente. **Revista Exitus**, Santarém, v. 11, e020133, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.24065/2237-9460.2021v11n1id1537> Disponível em

[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-94602021000100206](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602021000100206) Acesso em 13 maio 2026.

LARGEN, Talita da Silva Carlos; MUSSARELI, Felipe, CARLOS, Hugo da Silva.

Tendência de inovação em bibliotecas mistas. **SADJSJ – South American Development Journal Society**, v. 06, n. 16, p. 295-320, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v6i16p295-320> Disponível em:

<https://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/305> Acesso em: 15 de maio 2026

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**,

Araraquara, v. 18, n. 00, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958> Acesso em: 15 de maio 2026

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Biblioteca educativa pública nos Institutos Federais: identidade, finalidade, função, natureza e perspectivas.

**Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, 2023. DOI: Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/89493> Acesso em: 15 de maio 2026

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2022.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/cadernos-cedes/55-v21-politicas-publicas-e-educacao> Acesso em: 13/05/2026

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a formação do homem. **Revista HISTED BR Online**, Campinas, 41e, p. 6-15, 2011. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v11i41e.8639891>

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/view/675> Acesso em: 15 de maio 2026

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, SP: Penguin/Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, Ana Luiza de Oliveira; PINHEIRO, Michelle. O perfil das novas bibliotecas escolares-universitárias (bibliotecas mistas) nas instituições de ensino privado no estado

de Santa Catarina. **Revista ACB**, São José, SC, v. 11, n. 1, 2006. DOI: Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/474>. Acesso em: 15 de maio 2026

MINISTÉRIO da Educação. Educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept> Acesso em: 15 de maio 2026.

MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira; MARASCHIN, Mariglei Severo; PEREIRA, Ascísio dos Reis; POMPEU, Dionas Ávila. Apresentando conceitualmente políticas públicas. In: SILVA, Adilson Tadeu Basquerote; AUGUSTO, Diogo Luiz Lima; MELLO, Roger Goulart. **Geopolítica e debates emergentes em política, economia, religião e cultura**. Rio de Janeiro: Editora e-Publicar, 2023.

OLIVEIRA, Thiago Pinheiro Ramos de, COSTA, Maria de Fátima Oliveira, Pinto, BENTES, Virgínia. Competência em informação no âmbito da biblioteca escolar. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, RS, v.36, n.1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v36i1.11101> Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/11101> Acesso em: 15 de maio 2026.

OLIVEIRA, Maria Carlete Neto de; LIMA, João Francisco Lopes de. As políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: tipologias e implicações. **EPEduc - Revista Epistemologia e Prática Educativa**, Piauí, v. 05, n. 02, p. 01-23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26694/epeduc.v5i2.2993> Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/2993> Acesso em: 15 de maio 2026.

SANTOS, Maria Aparecida Brito; GRACIOSO, Luciana de Souza; AMARAL, Roniberto Morato. As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/668> Acesso em 15 de maio 2026.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1958> Acesso em: 15 de maio 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. “Da Inspiração à Formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC): os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter”. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 21, p. 711-725, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/tPJYjtq6473tpSkqTQkNZWm/?lang=pt> Acesso em: 15 de maio 2026.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (orgs.) **Pedagogia Histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SILVA, Rejane Rataeski Moraes da. A agenda 2030, a biblioteca mista e a formação do trabalhador do século XXI. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (29. : 2022 : São Paulo). **Anais do 29. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e**

**Documentação.** São Paulo:FEBAB, 2022. Disponível em:  
<https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2482> Acesso em: 19 de maio 2026.

SOUZA, Gabriel Justino de. [et al.]. Bibliotecas mistas como um espaço para implementação do objetivo 4 da agenda 2030. **Senac.DOC**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 88-96, 2022. Disponível em: <https://www.senacdoc.senac.br/doc/article/view/108> Acesso em: 15 de maio 2026.

SOUZA, Maria Eliziana Pereira de; BRANDÃO, Jobson Louis Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Projeto infoeducativo em Biblioteca Educativa Pública: método e técnica para aplicação no Instituto Federal da Paraíba. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (22. : 2022 : Porto Alegre). **Anais do XXII ENANCIB**. Porto Alegre: ENANCIB, 2022. Disponível em:  
[https://enancib.ancib.org/enancib/pt\\_BR/article/view/1153](https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1153) Acesso em: 15 de maio 2026.

ZAMBAN, Debora; CAPRI, Daniela; FRAINER, Juliana. Relato de experiência: a biblioteca universitária transformada em biblioteca mista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., CBBB 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1007> Acesso em: 25 de maio 2026.

## NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

- Reconhecimentos: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Universidade Federal de Santa Maria
- Financiamento: Não se aplica
- Conflitos de interesse: Não se aplica
- Aprovação ética: CAAE: Não se aplica
- Disponibilidade de dados e materiais: Não se aplica
- Manuscrito publicado como preprint: Não se aplica

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Contribuição	Silva, R. R. M. da	Pereira, A. dos R.	Maraschin, M. S.
Concepção do estudo			
Conceitualização			
Metodologia			
Coleta de dados / investigação			
Curadoria de dados			
Análise dos dados			
Discussão dos resultados			
Visualização (gráficos, tabelas e outros)			
Rascunho original			
Revisão e edição final			
Supervisão e administração			
Aquisição de financiamento			

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à *BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)* os direitos exclusivos de primeira publicação, permanecendo o trabalho licenciado sob a licença Creative Commons CC BY 4.0 International. A licença permite compartilhar, remixar, adaptar e criar a partir do material publicado, desde que sejam atribuídos os devidos créditos de autoria e indicada a publicação original no periódico.

## PUBLICADOR

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI). As ideias expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não

representando, necessariamente, a posição dos editores ou da instituição.

### CORPO EDITORIAL

- Presidente do Corpo Editorial: Angélica C. D. Miranda - FURG.
- Editor Associado: Nivaldo Calixto Ribeiro - UFLA.
- Assistente Editorial: Marcela Polino dos Santos - FURG.

### HISTÓRICO

Recebido em: 22/07/2025

Aceito em: 20/05/2026

Publicado em: 25/05/2026

•